

TRADUÇÃO PARA ALÉM DOS CONCEITOS LINGÜÍSTICOS

Adilson da Silva Corrêia (UNEB)

Reconhecidamente, as pesquisas e os estudos de tradução chegaram há poucas décadas às academias brasileiras. Pelo menos é o que confirmam as pesquisas históricas. Esse campo do conhecimento humano tem progredido e inevitavelmente evoluído, alcançando desde o estudo de línguas bem pouco divulgadas, como é o caso do reto-românico, falado em determinadas localidades da Suíça e da Itália, até a compreensão das novas tecnologias impostas pelo mundo globalizado, a saber, os *softwares* conhecidos por *translators*, bastante utilizados pelos alunos na tradução dos textos das aulas de língua estrangeira.

Indubitavelmente, esses estudos adensam o campo de tradutologia e inquestionavelmente avançam na construção de novas teorias que melhor explicam o processo de tradução. No entanto, tem-se constatado, em muitos desses estudos atuais, uma preocupação demasiada dos pesquisadores com as questões lingüísticas, principalmente, no âmbito da gramática.

Este trabalho, em hipótese alguma, deixa de reconhecer a importância de se compreenderem as modificações morfossintáticas, respeitados os processos de formação cultural de cada língua, quando obras inteiras são traduzidas em um processo contínuo de releitura e recriação, sendo essas modificações necessárias à vida da obra na língua de chegada. Mas é importante propor um novo modelo teórico que contemple questões de domesticação, a saber: pós-colonialismo e as formas de exclusão e intervenção, conduzidos pelos modelos globalizantes de sociedade.

Os estudos tradutológicos, nesta proposta, deveriam inicialmente responder a questões-chave, tais como: A que ordem discursiva a obra está sendo submetida? Por que e com que finalidade essa ordem está sendo imposta? É por esse viés que a linguagem é usada, dentro dos mecanismos de poder de uma estrutura maior, montada historicamente e que vem sendo regulada pelos vários discursos oriundos de vozes que se pretendem dominantes? As respostas a essas questões devem ser compreendidas para dar um sentido maior aos

porquês das escolhas de determinados conceitos em detrimento de outros nas obras de chegada.

Antes de iniciarmos a reflexão dessa nova forma de pensar os estudos de tradução, é necessário entender o cenário histórico de teorias que trilhamos para que chegássemos a essa nova visão que supera, de uma certa forma, a ingenuidade de muitas pesquisas presas ao purismo gramatológico.

No processo de tradução, é necessário entender que há um somatório de fatores que conduzem a uma recriação da obra, não se constituindo esta, de forma alguma, no espelho da obra original. A recriação envolve conhecimentos diversificados e bastante complexos que resultam na ressignificação da obra de acordo com os modelos pré-estabelecidos socialmente.

Dessa forma, levou algum tempo para que os estudiosos conseguissem entender essa complexidade, ainda que de forma reduzida. No modelo clássico, o tradutor era submetido a uma certa rigidez e tensão, uma vez que se entendia que dele deveria partir uma alta fidelidade terminológica no ato de traduzir. Pode-se chamar esse período de "época da ingenuidade". Arrojo (1986) compara esse modelo com um trem, onde cada vagão traz uma carga de significado precisa e rígida.

Nesse momento dito ingênuo, a tradução exigia habilidades importantes do tradutor. Theodor (1986) tece comentários a respeito da profissão e da formação de tradutor, expondo condições *sine qua non* que levariam a uma certa fidelidade da obra traduzida, destacando: a formação universitária do tradutor na área de estudo de tradução e o conhecimento do vernáculo de ambas as línguas envolvidas no processo.

Na visão do mesmo autor, fica compreendido ainda que a disposição de uma "sólida cultura geral" é requisito primordial para que haja uma tradutibilidade fidedigna. Havia uma preocupação demasiada, na teoria clássica, com os conteúdos lingüísticos em detrimento dos conteúdos culturais. Todavia, já existia um sinal para as diferenças: lingüísticas e culturais.

Anteriormente, Ladmiral (1979: 15) conceitua tradução como sendo "convergência lingüística" e, no sentido mais amplo, como

qualquer forma de "mediação interlingüística que permita transmitir entre locutores de línguas diferentes", concluindo, de forma lingüisticamente reduzida e quem sabe, pela ingenuidade do querer aristocrático (Milton, 2002), a tradução "faz passar uma mensagem de uma língua de partida (LP), ou língua-fonte, para uma língua de chegada (LC), ou língua-alvo". O autor, como Theodor, acredita que "a tradução será sempre parcial" e enuncia que a tradução, como "qualquer acto de comunicação, comportará um certo grau de entropia, ou melhor dizendo, um certo grau de desperdício" (*sic*) (p. 22). Em um processo de analogia podemos dizer que essa entropia se relaciona às diferenças citadas por Theodor.

Paes (1990) levanta questionamentos de "espaços", advindos dessas diferenças, e que significam ausência de uma forma de expressar conceitos produzidos por uma determinada cultura. Para ele, tais diferenças, ocorridas nos espaços tradutórios, levaram alguns autores brasileiros a acompanharem as etapas de tradução das suas obras, citando, na oportunidade, Guimarães Rosa.

Posteriormente, Aubert (1994), em um estudo decisivo, questiona até que ponto existe fidelidade no ato de traduzir. Nesta proposta, o tradutor deve ser pensado como um sujeito perpassado por um feixe de conhecimentos complexos que fogem à alçada dos estudos presos a um dos ramos da lingüística. Traduzir, na visão aubertiana, não é transpor, é recriar e quem sabe criar uma outra obra, longe das preocupações morfossintáticas, dirigidas por questões culturais.

Ressalte-se aqui que traduzir envolve o universo das concepções adquiridas pelo tradutor, dentre elas destacam-se: as visões de mundo do tradutor, a diferença estilística entre os idiomas, os aspectos estruturais e semânticos interlinguais, paradigma esse muito respeitado pelas atuais pesquisas.

Aparece, nesses estudos, um elemento teórico bastante relevante, mas não mencionado explicitamente pelo autor, denominado poder – articulado e entremeado nas várias manifestações da linguagem. É sobre esse elemento e suas formas de regulação, nas obras traduzidas, que se deve discutir, contextualizando-o sempre com os modelos hegemônicos globais propostos, aceitos e mantidos como cânones. São as redes do poder que conduzem e decidem as criações

e recriações no campo de tradução, manifestando-se nele através da linguagem.

Foucault (1996: 5), quando argumenta sobre as manifestações do poder, revela que a "historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística". Pode-se apreender dessa assertiva que para além dos purismos lingüísticos, presos aos conceitos de gramática, existem poderes que domesticam os dizeres, conduzem, portanto, as traduções por caminhos que melhor condizem com os cânones universais e se regionalizam, através de mecanismos de apropriação milagrosa, matizados pelos discursos de domesticação.

Como se observa, o paradigma da infidelidade, reconhecido pela tradutologia, resolve somente uma parte do complexo processo de tradução. Depois de desvendada e resolvida essa etapa, os estudos tradutológicos devem seguir por questões que subordinam obras inteiras aos discursos hegemônicos de culturas ditas superiores.

Para Milton (2002), o paradigma da fidelidade/infidelidade e o fazer da tradução são um meio tipicamente artesanal de tradução aristocrática. Nesse modelo, a forma, ou seja, as estruturas lingüísticas predominam sobre os temas centrais, a estética sobre a ética. Neste ínterim, o autor registra uma ruptura com esse paradigma, podendo-se inferir, no seu discurso, um deslocamento dos estudos de tradução para as outras áreas do conhecimento humano, a saber: Psicanálise e Filosofia, esclarecendo que "muitas dessas áreas continuam dentro do terreno da alta cultura". (*Idem*: 88)

Na oportunidade, Milton discute o acondicionamento das traduções ao mercado imperante. As obras são modeladas de acordo com os discursos mundiais de mercado e se homogeneízam na voz daqueles que detêm o poder das editoras que obedecem às ordens mundiais de padronização. Na oportunidade, indica algumas regras de domesticação de uma obra, no processo de tradução, dentre elas a questão do moralismo e das formas *anti*- (sindicalismo, sexo, liberalismo). Vemos, nessa concepção proposta, a obra como refém das concepções mercadológicas impostas, entremeadas pelos discursos de um falso moralismo homogeneizador.

É preciso, de antemão, entender que as novas obras são produzidas em um contexto mundial delimitado por um discurso dito

pós-colonial. Somos um país de "terceiro mundo" imposto por um bloco econômico mundial que desvaloriza as nossas produções. Para eles, somos os sensuais, os felizes, os "calientes", mas incapazes de produzir "coisas" boas para a cultura do dito primeiro mundo.

Por isso, embutida na malha da infidelidade, está a trama discursiva do poder, da exclusão, da domesticação. O que é a domesticação de uma obra, senão a adequação perversa dela aos conceitos de uma cultura dita superior? A doutrina do comércio, da indústria cultural favorece o processo domesticador, e obras indóceis podem não chegar às prateleiras do mercado.

Devemos partir para a ordem do discurso à qual o tradutor está submetido, não sendo mais uma mera questão de infidelidade, no dizer de Aubert, mas uma imposição calcada em conceitos de origem que devem atravessar o sujeito no momento do ato de traduzir. É o que Santos (2000) denomina de violência estrutural. Deve ser essa imposição que gera mais "espaços" previstos por Paes, impedindo a liberdade da criação nas obras traduzidas. Afinal de contas, autor nenhum quer deixar de freqüentar o mercado mundial da tradução.

Resta agora perguntar: nesses espaços de exclusão e intervenção em que se dão as traduções, como os autores se sentem ao serem violados pela domesticação, pela violência estrutural? Talvez a perspicácia de Guimarães Rosa o tenha impulsionado a verificar e a acompanhar as traduções de suas obras, logicamente, prevendo que elas fossem enquadradas no discurso da subalternidade.

Como diz Mignolo (1996), as pessoas que estão localizadas no coração do império e não pertencem a ele podem produzir discursos sobre conceitos pós-coloniais, posicionando-se criticamente sobre eles. Segundo o autor, é preciso entender de onde se fala; com quem se fala e para quem se fala. A base da domesticação das obras traduzidas passa por esse viés. A análise dessas perguntas responde, inicialmente, à montagem de uma obra dirigida às prateleiras mercadológicas.

A tradução é uma autoria e como tal está submetida à visão do autor, responsável pela reinvenção de acordo com os princípios ou com as prescrições sociais vigentes. Podemos, então, definir tradutor na visão foucaultiana como sendo "aquele que dá à inquietante lin-

guagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real." (Foucault, 1996: 28)

Inquestionavelmente, a visão de transpor para a forma da linguagem o conteúdo mental é uma função da autoria, por extensão da tradução. No entanto, é necessário discutir até que ponto as obras traduzidas refletem o real. Urge discutir esse real através do viés da autonomia do tradutor, se é que podemos assim acreditar. Por outro lado, essa mesma autonomia é bastante questionável do ponto de vista dos discursos econômicos, mercadológicos existentes.

Os tradutores estão imersos em um conteúdo mercadológico do qual muitas vezes não conseguem fugir. Esse conteúdo discursivo funciona como força que impulsiona o tradutor a refletir lingüisticamente em uma situação histórica, em uma verdade intrínseca. Vemos uma das faces da manifestação do poder, e esta prescrição obedece ao momento histórico em que está inserido o tradutor.

Existem outras duas formas relacionadas a essa posição de poder, de delimitação, nomeadas por Foucault como sendo: identidade e individualidade. Elas marcam preponderantemente o processo de tradução.

A identidade se relaciona às manifestações culturais, com a forma de revelar ao mundo os conceitos, certamente, convenientes ao projeto social, também conhecido como trama ou arcabouço. Por outro lado, não obstante o arcabouço construído historicamente, existe uma outra força que impulsiona o processo de tradução, e esta se relaciona à posição do sujeito diante da leitura da obra que faz e intenciona romper com o arcabouço social vigente e trama contra ele, favorecendo a manifestação individual. Eis aqui a liberdade e autonomia da tradução.

Todavia, essas duas forças podem se imbricar e, pelo processo de identidade, fazer a individualidade emaranhar-se em um processo unificador cultural, de cânones, domesticando a cultura do outro. Essa interseção com a domesticação é produto de discursos contramodernos, definidos pela pós-modernidade e pós-colonialismo.

Como se vê, a complexidade do ato de traduzir foge ao escopo das interpretações gramatológicas e invade os discursos canônicos que domesticam as obras a fim de serem comercializadas. Por isso, é

necessário que os estudos tradutológicos se inclinem mais para as questões discursivas e culturais, contextualizadas historicamente, espaços esses em que se produzem as exclusões, as intervenções e, principalmente, os discursos pós-colonialistas que orientam as traduções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

AUBERT, Francis Henrik. *As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Unicamp, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

LADMIRAL, J. R. *Traduzir: Teoremas para a tradução*. Tradução de Cascais Franco. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

MIGNOLO, Walter. La Razón Postcolonial: Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: *Gragoatá*, 1, Niterói, 2ºsem. 1996, p. 7-29.

MILTON, John. *O clube do livro e a tradução*. Bauru: EdUSC, 2002.

PAES, José Paulo. *Tradução a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas, v. 22)

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIARO, Mário Eduardo. Traduções de Poemas Romanches Modernos: o tema da morte da língua materna. In: *Tradução e Comunicação*, 10. São Paulo, maio de 2001, p. 81-88.